

O que há de errado com o investimento?

Rogério L. Furquim Werneck*

Afinal, caiu a ficha. Esfumou-se, em Brasília, o discurso mistificador de que, com os sucessivos estímulos à demanda dos últimos meses, o PIB poderia crescer 4,5% em 2012. Custou, mas o governo por fim percebeu que o crescimento da economia brasileira neste ano poderá ser ainda menor do que os pífios 2,7% do ano passado. Em meio a indisfarçável clima de alarme, pautado por reuniões de emergência, exortações à equipe econômica e promessas de proezas no esforço de “levantamento de PIB”, parece ter sido aberta nova e ruidosa temporada de ativismo a esmo na condução da política econômica.

O choque de realidade foi a divulgação pelo IBGE dos dados da evolução do nível de atividade no primeiro trimestre, que apontam para a inevitabilidade de um crescimento medíocre este ano, mesmo que a economia mostre recuperação razoavelmente vigorosa no segundo semestre. O que mais chama atenção é a queda de 1,8% no investimento agregado em relação ao trimestre anterior.

É bem verdade que a crescente incerteza sobre o desempenho da economia mundial vem trazendo forte desestímulo a decisões de investimento. Os inquietantes desdobramentos da crise europeia têm sido a fonte mais óbvia de apreensão. Mas também têm causado preocupação os sinais pouco convincentes de recuperação nos EUA e as dúvidas sobre a real extensão da desaceleração do crescimento econômico na Ásia.

Não é surpreendente, portanto, que a incerteza que emana do quadro externo tenha afetado, em alguma medida, o decantado “espírito animal” dos investidores privados, tornando-os bem menos arrebatados do que o governo esperava. Mas o que merece atenção não é isso. O que intriga é que, nesse quadro tão pouco propício ao florescimento do investimento privado, o governo se mostre incapaz de pelo menos assegurar condições adequadas para que o investimento público e das empresas estatais cumpra papel minimamente compensatório. Na verdade, os dados mais recentes indicam que o investimento público federal continua em queda. Caiu de 2010 para 2011. E voltou a cair de 2011 para 2012. Bem ao contrário do que o governo anunciou que ocorreria.

O que houve não foi falta de recursos, mas mera incapacidade de fazer o investimento acontecer. Além de ter sido afetado pelas notórias dificuldades gerenciais que têm entravado o avanço do PAC, o desempenho do investimento público tem sofrido as consequências do desmantelamento das cadeias de comando que o governo federal se

viu obrigado a promover em vários ministérios, para conter danos dos sucessivos escândalos de corrupção que pipocaram ao longo do ano passado. E, agora, quando justamente estava empenhado em reconstituir essas cadeias de comando, o governo se deparou com os efeitos um tanto paralisantes da CPI do caso Cachoeira-Delta. Não só na esfera federal, mas também nos Estados e municípios, o suspense acerca dos desdobramentos da CPI vem incutindo cautela redobrada na gestão de programas de investimento público.

Nesse quadro de tantas dificuldades para fazer o investimento público acontecer, é totalmente fantasiosa a ideia de que, da noite para o dia, o governo será capaz de acionar novos programas de investimento para levar adiante uma política fiscal contracíclica.

Restam os investimentos das empresas estatais. E, entre eles, o gigantesco programa de investimento da Petrobrás, em boa parte voltado para o pré-sal e pouco sensível às mudanças de humores que vêm inibindo o investimento privado. Seria ótimo se, a essa altura, os esforços de investimento no pré-sal – tanto da Petrobras como de empresas privadas – estivessem avançando desimpedidos e a pleno vapor. Mas, infelizmente, não é bem isso que está acontecendo. Como já mencionado várias vezes neste espaço, o avanço do investimento no pré-sal vem sendo seriamente entravado por uma política estapafúrdia de exigência de percentuais exorbitantes de conteúdo nacional nos equipamentos utilizados. Já é hora de o País entender que, com tal política, está dando um retumbante tiro no próprio pé.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.